

Cada vez que o autor é negado...

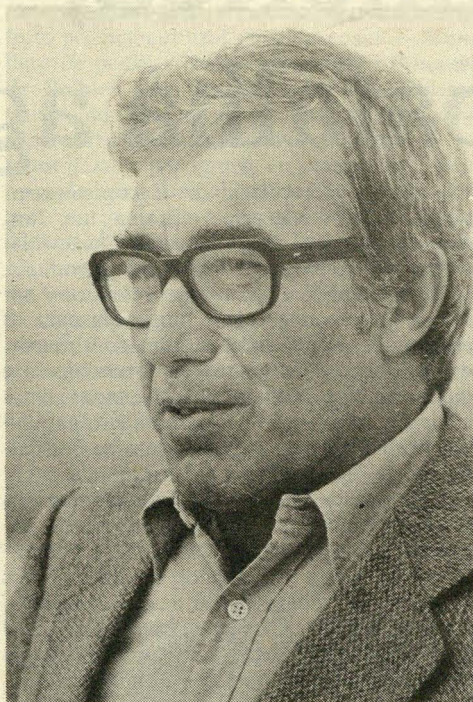
José Cardoso Pires

Vendo bem, talvez a nossa razão de presença se centre aqui, uma vez mais, no aviso de que sempre que o Autor é negado ou diminuído é a Cultura que se nega ou se diminui e a Pátria que se empobrece.

Cinjo-me a este dado de consciência que resumi em sublinhado numa afirmação de Luiz Francisco-Rebello. Tem dois anos; rigorosamente dois anos e já então era aviso e apelo. Mas agora soa-me ainda mais agravado de oportunidade, mais urgente de reflexão, mais impositivo para todos nós.

É que se naquela altura a identidade da nossa expressão cultural registava algum risco de erosão pela desinteligência do Poder, agora, 1985, é frontalmente que a vemos ameaçada. Aproximamo-nos, parece-me visível, da instituição da **Teoria da tolerância repressiva** a que se referem os «sociólogos da mudança» na análise das democracias em crise: sentimola, é-nos palpável, nas pressões censoriais que resultam da quota cultural contemplada no Orçamento e pela carga fiscal impiedosa que a sobre-reduz; pela subserviência dos «mass media», também. Reconhecemo-la na impunidade do mercado selvagem e nos sofismas da argumentação económica com que se pretende absolver o desapoio às artes e às letras nacionais e a concorrência da baixa importação; na desmotivação intelectual da juventude; na desapetência do Ensino. Encontramo-la, começamos já encontrá-la programada, em expressão legislativa.

Nenhum Estado, nenhum regime, é ou jamais foi indiferente à cultura, a questão está em saber-se qual a definição que lhe é atribuída no contexto nacional e no laço das instituições, ou seja, com que dirigimos, económicos ou não, ela é intencionada. Saber se as artes ou as letras se pretendem como um ornato do Poder ou se subsistem como um remorso que se ignora. Se são relegadas como mercadoria pobre e deficitária, e entregues às manipula-



Cardoso Pires: inquietação

ções do mercado, ao desgaste do imposto e à contingência do subsídio aleatório. Saber, enfim, qual a alínea que lhes cabe, e se lhes cabe, nos acordos culturais que a diplomacia celebra e em abstracto dá notícia.

Mas — prevenção necessária — a subestimação dum presente artístico e literário tende invariavelmente a compensar-se com o culto dos mortos. Gratidão e exemplo, diz-se então. Sal da pátria, fontes da nossa identidade. Sim, nós, os vivos de hoje, não descuramos os vivos que nos vêm do passado. Eles estão em nós e prolongam-se. Prolongamo-los. Mas estão-nos ainda muito próxima uma experiência de quase meio século em que a imposição dos mortos foi deliberadamente fomentada como

um apagamento dos vivos. Repugna-nos essa exploração **post mortem**, essa necrofilia cultural. Não queremos voltar a antever o País como um comovido panteão.

Contra a ignorância conveniente ou os pessimismos insinuados talvez fosse elucidativo, e para muitos surpreendente, lembrar que jamais a ficção portuguesa teve o acolhimento de que agora disfruta na edição estrangeira; que nunca, como na última década, a nossa canção foi tão inovadora e recuperadora de tradições; que a composição musical investe cada vez mais em novas experiências, e que o indiscutível surto de renovação teatral tem sido distinguido, **também** no estrangeiro, com um reconhecimento que não nos era habitual, como me foi dado testemunhar por mais de uma vez.

Certo, o silêncio sobrepõe-se à evidência. A subalternidade e a marginalização abrem o campo à colonização cultural: ela é a face da humilhação da criatividade dum país. E nós experimentamo-la em intensidade cada vez mais corruptora — essa importação alienante, essa massificação impiedosa. Pior que isso, na música ligeira ou nos enlatados televisivo é-nos desculpada frequentemente com o 'gosto das massas' ou com imperativos de debilidade financeira — dois argumentos que nos devem alertar. Dois argumentos clássicos, curiosamente, da Indústria da Consciência, segundo Magnum Enzensberger.

Na inquietação do que acabo de dizer não está, espero bem, qualquer reflexo de nacionalismo estreito nem, em oposição contraditória, de menosprezo do passado criador. Porque a nós, autores, o que profundamente nos dá razão e nos encontra é a procura de liberdade, é nela e no seu confronto com as dificuldades gerais, colectivas e outras que particularmente nos são dirigidas que está também em causa a nossa independência de país.

É que sempre que o Autor é negado ou diminuído a Cultura que se nega, a identidade da Nação que se enfraquece, etcétera, etcétera, etcétera...